Estatutos

ARCOA-Associação dos Criadores de Ovinos e
Caprinos da Ilha de Santa Maria

CAPÍTULO PRIMEIRO

Artigo 1º

(Denominação e duração da Associação)

A associação denomina-se "**ARCOA - Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos da Ilha de Santa Maria**", abreviadamente "**ARCOA**" e durará por tempo indeterminado a partir de vinte e cinco de Janeiro de mil novecentos e oitenta e seis.

Artigo 2º

(Sede e constituição)

- 1 - A Arcoa tem a sua sede no concelho de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, Açores, podendo criar delegações em qualquer parte do país.
- 2 - A Arcoa é constituída por todas as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade da ovinicultura, caprinicultura e outros pequenos ruminantes.

Artigo 3º

(Objecto e fins)

- 1- A Arcoa, é uma associação privada, sem fins lucrativos, de número variável de associados.
- 2- A Arcoa tem por objecto o desenvolvimento da criação de ovinos e caprinos e de outros pequenos ruminantes nos seus aspectos científicos , técnicos e económicos e a defesa dos interesses dos criadores, seus associados. Para tanto compete à Arcoa, nomeadamente:
 - a) Representar os seus associados e a actividade que exercem junto de todas as entidades oficiais e particulares;
 - b) Promover a ovinicultura e a caprinicultura através de palestras, cursos ou outras realizações técnico-científicas;
 - c) Criar e facultar aos associados uma biblioteca actualizada com publicações da especialidade;
 - d) Estabelecer intercâmbios, colaborar ou federar-se com as outras associações análogas que visem os mesmos fins;
 - e) Manter os seus associados sempre informados dos preços do mercado nacional e internacional, particularmente do mercado da União Europeia, facultando também as outras informações específicas no que se refere ao espaço económico anteriormente referido;
 - f) Promover leilões, feiras, exposições, concursos, congressos, colóquios, entre outros;
 - g) Organizar e manter um cadastro das explorações;
 - h) Colaborar com os organismos oficiais a proceder a ensaios sobre a adaptação das diferentes raças de ovinos e caprinos.

Artigo 4º

(Secções)

- 1- A Arcoa pode funcionar por secções distintas as quais terão regulamentos internos e organização contabilística próprios, de forma a evidenciar as actividades e os resultados de cada uma, sem prejuízo da unidade da pessoa jurídica;
- 2- A criação e extinção de secções são da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção;
- 3- Para cada secção, a Direcção nomeará um delegado, que assegurará o seu regular funcionamento e a representará nos termos previstos no nº 3 do artigo 22º;
- 4- Nas secções haverá assembleias sectoriais, tendo os delegados de pronunciar-se sobre as suas actividades perante a Direcção;
- 5- Consideram-se desde já criadas as seguintes secções, que actuarão em conformidade com os presentes estatutos e com a legislação específica, se aplicável:
 - a) Ovinicultura;
 - b) Caprinicultura;
 - c) Outros pequenos ruminantes;
 - d) Feiras e eventos;
 - e) Formação e informação.

CAPÍTULO SEGUNDO

Artigo 5º

(Categoria de associados)

Haverá cinco categorias de associados:

- 1) **Fundadores** – São associados fundadores todos os que constituíram o embrião desta Associação.
- 2) **Honorários** – Serão associados honorários as pessoas singulares e colectivas nacionais ou estrangeiras, sem limitação de número, que tenham merecido da Assembleia Geral, mediante proposta da Direcção, a atribuição dessa qualidade por relevantes serviços à Associação.
- 3) **Beneméritos** – Serão associados beneméritos as pessoas singulares ou colectivas que contribuam para a ARCOA com donativos ou serviços relevantes e sejam aceites em Assembleia Geral.
- 4) **Efectivos** – Serão associados efectivos os que, satisfazendo o preceituado nos presentes estatutos, a Direcção delibere admitir como tal, e que, possuem exploração na situação de activa na ilha de Santa Maria, encontrando-se devidamente registada nos respectivos serviços oficiais que titulem estas áreas.
- 5) **Não activos** – Serão associados não activos, as pessoas singulares e colectivas que apesar de não terem exploração aberta nos serviços oficiais, possuam animais ou simplesmente tenham o gosto pelos mesmos, podendo participar nas Assembleias Gerais, mas, sem direito a voto.

Os associados honorários e beneméritos estão isentos de pagamento de quota.

DOS ASSOCIADOS E DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 6º

(Admissão de associados)

- 1- A admissão a associado efectivo ou a associado não activo terá lugar a pedido, por escrito do próprio

interessado, dirigido à Direcção, devendo a respectiva proposta ser assinada por dois associados abonadores. Os pedidos de admissão a associados serão apreciados na primeira reunião da Direcção, realizada após apresentação do requerimento de adesão.

- 2- Do indeferimento cabe recurso para a Assembleia Geral.
- 3- O interessado a associado que obtiver despacho favorável à sua admissão, será desde logo inscrito e entra imediatamente no gozo dos seus direitos.

Artigo 7º

(Direitos dos associados)

Constituem direitos dos associados:

- a) Participar e votar nas Assembleias Gerais;
- b) Eleger e ser eleito para qualquer cargo social;
- c) Participar nas actividades da Arcoa e utilizar os seus serviços, nas condições estabelecidas pelos órgãos competentes.

Artigo 8º

(Deveres dos associados)

Constituem deveres dos associados, para além dos estabelecidos na legislação sobre associações:

- 1) Pagar a jóia de inscrição e as quotas, cujo montante será fixado em Assembleia-Geral;
- 2) Pagar as taxas fixadas pela utilização dos serviços da Associação, conforme for deliberado pela Direcção ou pela Assembleia Geral;

- 3) Defender o bom nome e o prestígio da Associação ;
- 4) Prestar à Arcoa as informações que lhes forem solicitadas;
- 5) Acatar as resoluções da Assembleia Geral e as da Direcção, quando legalmente determinadas;
- 6) Participar nas Assembleias Gerais e nas actividades sociais da Arcoa;
- 7) Exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos;
- 8) Comparecer às Assembleias Gerais e reuniões para que foram convocados.

Artigo 9º

(Perda dos direitos de associado)

Perdem os direitos de associado:

Os que se demitirem nos termos previstos do artigo 12º.;

- a) Os que deixarem de preencher as condições exigidas para a admissão de associado;
- b) Os que não pagarem as quotas ou contribuições devidas, decorridos seis meses do seu vencimento, excepto se a obrigação estiver suspensa por razão justificada e aceite pela Direcção;
- c) Os que forem sancionados com a pena de exclusão.

Artigo 10º

(Sanções disciplinares)

1.- As condutas contrárias à lei, aos presentes estatutos, aos regulamentos internos e às deliberações dos órgãos são puníveis com as seguintes sanções disciplinares:

- a) - Advertência escrita;
 - b) - Suspensão temporária de direitos, até um máximo de doze meses;
 - c) – Exclusão.
- 2.- Serão excluídos os associados que violarem gravemente os seus deveres ou cujas acções ou atitudes possam causar graves prejuízos morais ou materiais à Arcoa, aos seus órgãos sociais ou aos seus associados;
- 3.- Serão excluídos os que pratiquem actos contrários aos objectivos da Arcoa, ou que afectem gravemente o seu prestígio.

Artigo 11º

(Processo disciplinar)

- 1.- A aplicação das sanções de suspensão temporária de direitos ou de exclusão será sempre precedida de processo disciplinar escrito que se inicia com a notícia pessoal ou por carta registada com aviso de recepção, da acusação do arguido.
- 2.- A audiência do arguido constitui uma formalidade essencial do processo.
- 3.- Da deliberação que aplicar a pena de suspensão ou de exclusão cabe recurso para a Assembleia Geral seguinte à notificação da aplicação da sanção.

Artigo 12º

(Demissão de associado)

1. – Os associados podem sair da Arcoa desde que apresentem o seu pedido de demissão à Direcção por carta registada com aviso de recepção.

2. – A demissão será considerada efectiva três meses após a recepção da carta registada no número anterior, e desde que o associado salde todas as dívidas para com a Arcoa.
3. – O associado demissionário é obrigado a liquidar as notas ou contribuições relativas aos três meses seguintes ao da comunicação da demissão.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos órgãos sociais

Artigo 13º

(Órgãos sociais e mandato)

- 1.- São órgãos sociais da Arcoa a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal;
- 2.- Os membros dos órgãos sociais são eleitos por período de três anos, podendo ser reeleitos por três mandatos consecutivos, excepto, quando não houver associados candidatos aos órgãos sociais e a Assembleia Geral o autorize;
- 3.- Todos os cargos efectivos são gratuitos;
- 4.- Em qualquer um dos órgãos cada um dos seus membros têm direito a um voto, tendo o Presidente o voto de desempate.

Artigo 14º

(Eleição dos órgãos sociais)

- 1.- A eleição dos órgãos sociais é feita por escrutínio secreto e em Assembleia Geral convocada para o efeito e que o expresse na ordem de trabalhos;
- 2.- As candidaturas para os órgãos sociais devem ser apresentadas em listas separadas, nas quais se

apresentarão os nomes dos associados candidatos e os respectivos cargos a desempenhar, não podendo nenhum associado estar representado em mais de um órgão social e em mais do que uma lista;

3.- As pessoas colectivas associadas indicarão o associado que as representará nos respectivos cargos;

4.- As candidaturas a que se refere o nº 2 deverão ser apresentadas ao presidente da mesa da Assembleia Geral até cinco dias antes do dia da assembleia eleitoral;

5.- Só poderão ser eleitos para os órgãos sociais, quem esteja no pleno uso dos seus direitos de associado há mais de seis meses e com as quotas em dia, estando os sócios não activos impedidos de concorrer a qualquer órgão social;

6.- Findo o período dos respectivos mandatos os membros eleitos dos órgãos sociais conservar-se-ão, para todos os efeitos, no exercício dos seus cargos até que os novos tomem posse;

7.- A tomada de posse terá de ocorrer impreterivelmente, até 30 dias após o acto eleitoral;

8.- Sob proposta da Direcção, a Assembleia Geral poderá aprovar um regulamento eleitoral.

SECÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 15º

(Constituição)

1.- A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos sociais, presentes;

2.- Cada associado, individual ou colectivo, tem direito a um voto, excepto os associados não activos que não terão direito a voto.

Artigo 16º

(Funcionamento da Mesa da Assembleia Geral)

1.- A mesa da Assembleia Geral é constituída pelo presidente e dois secretários;

2.- Nos impedimentos do presidente será o mesmo substituído por um dos secretários e, na falta destes, a Assembleia designará uma mesa adhoc;

Artigo 17º

(Periodicidade das reuniões)

1.- A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

a) – Até 31 de Março para apreciar e votar o relatório e contas do exercício do ano anterior;

b) – Até 30 de Novembro, para apreciar e votar o orçamento para o ano seguinte;

c) – De três em três anos, até 30 de Novembro, para fins eleitorais.

2.- A Assembleia Geral reunirá ainda extraordinariamente quando para tal for convocada pelo seu presidente:

a) Por iniciativa própria;

b) Por iniciativa da Direcção;

c) Por iniciativa do Conselho Fiscal;

d) Por iniciativa, fundamentada e subscrita por um número de associados não inferior a um terço dos associados inscritos e no pleno uso dos seus direitos.

Artigo 18º

(Convocatória e quórum)

1.- A convocação de qualquer Assembleia Geral deverá ser feita por meio de carta remetida para cada um dos associados, com a antecedência mínima de quinze dias, ou por convocatória afixado em placard na sede da Associação, onde se indicará o dia, hora e local da Assembleia Geral e a respectiva ordem de trabalhos.

2.- Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os associados estejam presentes e todos concordem com o aditamento.

3.- A Assembleia Geral poderá deliberar validamente:

a) Em primeira convocatória, quando estiverem presentes um número de associados igual ou superior a metade dos associados inscritos e no pleno uso dos seus direitos;

b) Em segunda convocatória, quando à hora marcada o número de associados referido não se encontrarem presentes, a assembleia reunir-se-á meia hora depois com qualquer número de associados presentes;

4.- As deliberações são tomadas por maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) de votos presentes ou representados, salvo quando os estatutos ou a lei expressamente exigirem outra maioria.

Artigo 19º

(Competência da Assembleia Geral)

a) Eleger os órgãos sociais da Arcoa;

b) Apreciar e votar o orçamento, as contas do exercício, o relatório e o parecer do Conselho Fiscal;

- c) Fixar as quotas ou qualquer contribuição financeira dos associados;
- d) Pronunciar-se, quando solicitada, sobre as taxas a pagar pela utilização dos serviços da associação;
- e) Votar as quotizações, as contribuições destinadas aos organismos em que a Arcoa participar e ainda as contribuições complementares destinadas a cobrir eventuais défices de gerência;
- f) Apreciar as reclamações, apresentadas por qualquer associado, desde que estas sejam apresentadas por escrito e em tempo útil para que sejam inseridas na primeira convocatória;
- g) Deliberar sobre os recursos interpostos das decisões da Direcção, designadamente os que digam respeito à aplicação de sanções;
- h) Aprovar os regulamentos, internos e eleitoral, que venham a ser apresentados pela Direcção;
- i) Deliberar sobre as alterações de estatutos e demais assuntos que legalmente lhe sejam afectados;
- j) Deliberar sobre a criação de secções e comissões necessárias à prossecução dos fins da Arcoa e aprovar os respectivos regulamentos;
- k) Tomar as resoluções julgadas necessárias para completa e eficaz realização dos objectivos da Arcoa;

SECÇÃO II

DA DIRECÇÃO

Artigo 20º

(Composição e Funcionamento)

1.- A Direcção é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e dois suplentes;

2.- A Direcção reunirá obrigatoriamente uma vez por mês e sempre que algum membro directivo o ache necessário;

3.- A Direcção delibera desde que esteja reunida mais de metade dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria, cabendo ao presidente voto de desempate.

Artigo 21º

(Competência da direcção)

Em particular, compete à Direcção:

Representar a Arcoa em Juízo e fora dele;

- a) Prosseguir os objectivos da Arcoa, determinar os meios da sua realização e dar conta à Assembleia Geral dos resultados obtidos;
- b) Dar plena execução às disposições destes estatutos e de regulamentos internos que vierem a ser aprovados em Assembleia Geral, bem como às deliberações da mesma assembleia;
- c) Promover a criação e organização dos serviços e contratar o pessoal e adquirir o material necessário à sua execução;
- d) Alienar por qualquer forma, todos os bens móveis e imóveis da Arcoa;
- e) Nomear os delegados para entidades onde a Arcoa tiver representação;
- f) Promover anualmente a elaborar do relatório, as contas e a proposta orçamental para o ano seguinte;
- g) Nomear comissões para o estudo de problemas específicos;

- h) Propor à Assembleia Geral a criação de secções, zelar pelo seu funcionamento eficaz e designar o delegado responsável;
- i) Decidir sobre a admissão e a demissão de sócios e exercer o poder disciplinar em conformidade com as normas previstas nos presentes estatutos.

Artigo 22º

(Obrigação da Associação)

1.- Para obrigar a Arcoa são necessárias as assinaturas de dois directores;

2.- Para actos de mero expediente bastará a assinatura de um director; 3.- A Direcção poderá incumbir no delegado de qualquer secção, criada no âmbito dos presentes estatutos ou que venha a ser criada, os poderes gerais ou especiais necessários ao funcionamento da respectiva secção, nomeadamente a representação da Arcoa em assuntos da área de competências afectas à respectiva secção;

4.- A Direcção poderá ainda constituir mandatários devendo os respectivos poderes, gerais ou especiais, constar de procuração donde conste expressamente a competência delegada.

SECÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 23º

(Constituição)

O Conselho Fiscal será constituído por três membros, sendo um presidente, dois vogais e dois suplentes.

Artigo 24º

(Competência do Conselho Fiscal)

1.- Compete ao Conselho Fiscal:

a) O Conselho Fiscal reunirá sempre que necessário por convocação do respectivo Presidente e obrigatoriamente de três em três meses e da qual será lavrada acta;

b) Pedir a convocação da Assembleia Geral extraordinária da Associação quando o julgar necessário, exigindo-se, neste caso, o voto de dois membros do Conselho Fiscal;

c) Assistir às reuniões da Direcção sempre que o entenda conveniente e nestas circunstâncias solicitar esclarecimentos que entenderem no sentido de se elucidarem sobre o andamento dos assuntos sociais;

d) Fiscalizar a administração da Arcoa, verificando o estado da caixa e a existência de títulos ou valores de qualquer espécie confiados à guarda da Arcoa;

f) Dar parecer sobre o balanço, inventário e relatório apresentados pela Direcção;

g) Geralmente, vigiar para que as disposições da lei e dos estatutos sejam observadas pela Direcção;

2. Cada um dos membros do Conselho fiscal pode exercer separadamente a atribuição designada na alínea c) no número anterior;

CAPÍTULO V

RECEITAS E DESPESAS

Artigo 25º

(Receitas e despesas)

1.- Constituem receitas:

- a) - O produto das quotas e jóias dos sócios;
- b) - Quaisquer fundos, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
- c) - Subsídios do estado e outros;
- d) - As importâncias provenientes de serviços prestados aos associados.

2.- Constituem despesas:

As resultantes de pagamentos a pessoal e todas as necessárias ao funcionamento da Arcoa;

Artigo 26º

(Ano social)

O ano social coincide com o ano civil e os balanços serão fechados com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º

(Alteração dos estatutos e dissolução)

1. As deliberações sobre **alterações dos estatutos** da Arcoa exigem o voto favorável de três quartos dos votos dos associados presentes à Assembleia Geral;
2. As deliberações sobre a **dissolução** da Arcoa exigem o voto favorável de três quartos do número total de associados inscritos;
3. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução, decidirá o destino a dar aos bens da Arcoa e nomeará a necessária comissão liquidatária.

Artigo 28º

(Lei geral)

Em tudo quanto não esteja especificamente regulamentado são estes estatutos integrados, supletivamente, pelas normas da lei geral que regula esta matéria.